



# A NECROPOLÍTICA E O LUTO: A PANDEMIA DA COVID-19 COMO UM DESASTRE PROLONGADO

## NECROPOLÍTICA Y DUELO: LA PANDEMIA DE LA COVID-19 COMO UN DESASTRE PROLONGADO

## NECROPOLITICS AND GRIEF: THE COVID-19 PANDEMIC AS A PROLONGED DISASTER

Ana Clara Ribeiro Santos Simões<sup>1</sup>  
Liza Fensterseifer<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O presente trabalho versa sobre a vivência do luto em pessoas acometidas pela perda de um ente querido, em virtude da pandemia da COVID-19. Defende-se a compreensão da pandemia como um desastre prolongado, com uma articulação com o conceito de necropolítica. De modo a alcançar os objetivos delineados foi realizada uma revisão da literatura centrada em quatro eixos temáticos: a pandemia da COVID-19; a necropolítica como plano de governo; finitude e mortalidade; e contribuições da Psicologia ao contexto das Emergências e Desastres. Também foi realizada uma pesquisa qualitativa, sendo que foram entrevistadas quatro pessoas impactadas pela morte de entes queridos por COVID-19. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados coletados foram tratados por meio da Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que a perda de uma pessoa amada está relacionada com os padrões de apego estabelecidos no decorrer da vida, e que o processo de luto é acompanhado por inúmeras perdas secundárias, que exigem uma reelaboração dos papéis liquidados com a morte. Além disso, a maneira com que as perdas ocorreram desempenhou um importante papel na percepção de cada entrevistado sobre o luto, pois a morte na pandemia ocorreu, em sua maior parte, dentro das UTIs. Os ritos funerários de despedida foram interditados para conter a disseminação do vírus, o que também impactou profundamente o momento do adeus. Nenhuma das vítimas teve a oportunidade de se vacinar, o que corrobora com o consenso de que a morosidade no processo de vacinação teve graves repercussões para a população brasileira. Destarte, destaca-se a posição central da Psicologia não apenas na atuação em contextos de desastres e no cuidado com os sobreviventes enlutados, mas também sua indissociável responsabilidade política diante dos efeitos do necropoder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Necropolítica; COVID-19; Luto; Desastres.

**RESUMEN:** El presente trabajo trata sobre la experiencia del duelo en personas afectadas por la pérdida de un ser querido, a causa de la pandemia del COVID-19. Defiende la comprensión de la pandemia como un desastre prolongado, con una articulación con el concepto de necropolítica. Para lograr los objetivos trazados, se realizó una revisión bibliográfica centrada en cuatro ejes temáticos: la pandemia de COVID-19; la necropolítica como plan de gobierno; finitud y mortalidad; y aportes de la Psicología al contexto de Emergencias y Desastres. También se realizó una investigación cualitativa, siendo entrevistadas cuatro personas impactadas por la muerte de seres queridos a causa del COVID-19. Las entrevistas fueron grabadas y transcritas, y todos los entrevistados firmaron un consentimiento informado. Los datos recopilados fueron tratados mediante Análisis de Contenido. Los resultados indican que la pérdida de un ser querido está relacionada con los patrones de apego establecidos a lo largo de la vida, y que el proceso de duelo se acompaña de numerosas pérdidas secundarias, que exigen una reelaboración de los roles establecidos con la muerte. Además, la forma en que ocurrieron las pérdidas jugó un papel importante en la percepción del duelo de cada entrevistado, ya que la muerte en la pandemia ocurrió, en su mayor parte, dentro de las UTI. Los ritos funerarios de despedida fueron prohibidos para contener la propagación del virus, lo que también impactó profundamente en el momento de la despedida. Ninguna de las víctimas tuvo la oportunidad de ser vacunada, lo que corrobora el consenso de que la demora en el proceso de vacunación tuvo graves repercusiones para la población brasileña. Así, se destaca la posición central de la Psicología no solo en la actuación en contextos de desastre y en el cuidado de los sobrevivientes en duelo, sino también en su inseparable responsabilidad política frente a los efectos del necropoder.

**PALABRAS CLAVE:** Necropolítica; COVID-19; Duelo; Desastre.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela PUC Minas. clarasimoes42@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora adjunta da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. liza@pucminas.br

**ABSTRACT:** The present work deals with the experience of mourning in people affected by the loss of a loved one, due to the COVID-19 pandemic. It defends the understanding of the pandemic as a prolonged disaster, with an articulation with the concept of necropolitics. In order to achieve the outlined objectives, a literature review was carried out centered on four thematic axes: the COVID-19 pandemic; necropolitics as a government plan; finitude and mortality; and contributions of Psychology to the context of Emergencies and Disasters. A qualitative research was also carried out, with four people impacted by the death of loved ones due to COVID-19 being interviewed. The interviews were recorded and transcribed, and all respondents signed an Informed Consent Form. The collected data were treated through Content Analysis. The results indicate that the loss of a loved one is related to the attachment patterns established throughout life, and that the grieving process is accompanied by numerous secondary losses, which require a re-elaboration of the roles extinct with death. In addition, the way in which the losses occurred played an important role in each interviewee's perception of grief, as death in the pandemic occurred, for the most part, within the ICUs. Farewell funeral rites were banned to contain the spread of the virus, which also deeply impacted the moment of goodbye. None of the victims had the opportunity to be vaccinated, which corroborates the consensus that the delay in the vaccination process had serious repercussions for the Brazilian population. Thus, the central position of Psychology is highlighted not only in acting in disaster contexts and in caring for bereaved survivors, but also its inseparable political responsibility in the face of the effects of necropower.

**KEYWORDS:** Necropolitics; COVID-19; Grief; Disasters.

---

## 1 INTRODUÇÃO

O necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade. (MBEMBE, 2015, p. 71).

Em março de 2020, a OMS declarou estado de pandemia do vírus da COVID-19. Contextos de emergências, desastres e pandemias, além dos impactos socioeconômicos, materiais e ambientais que causam, deixam um lastro de sofrimento psíquico que pode ser ainda mais exacerbado em virtude da condição em que se origina.

Para compreender as particularidades do impacto de uma situação de desastre sobre a população afetada, é preciso inicialmente conceituar o que seria um desastre. A definição de desastre da Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD, 2004) compreende a interrupção grave do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, resultando em perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais. Trata-se de uma situação que excede a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de enfrentá-la com seus próprios recursos. Portanto, um desastre seria, segundo a EIRD (2004), função do processo de risco. Ele é resultado da “combinação de ameaças, condições de vulnerabilidade e insuficiente capacidade ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco” (p. 9).

A Secretaria de Vigilância em Saúde e o Ministério da Saúde (2011) apontam que “desastres de grande magnitude podem provocar transtornos psicossociais para a população afetada; muitas vezes, mais graves que os danos físicos e perduram no tempo se não forem bem manejados” (p. 8). Logo, parece ser possível dizer que pandemias podem ser caracterizadas como desastres, ainda que apresentem diferenças elementares (CREPALDI, 2020) e que, de algum modo, potencializam ainda mais seus efeitos nas pessoas.

Durante as pandemias, diferente de eventos que também implicam mortes em massa, os rituais funerários que poderiam favorecer a elaboração de sentido da perda, como enterros e velórios, são proibidos ou realizados apenas com restrições, visto que reunir pessoas aumenta as chances de contágio (SCANLON; MCMAHON, 2011; apud CREPALDI, 2020). Crepaldi (2020) ainda cita Wallace e colegas (2020) e Weir (2020), ao refletir que essas características dos contextos de pandemia tornam o processo de luto ainda mais difícil, pois o processo de despedida é anulado em virtude das restrições sanitárias, e o apoio social necessário para lidar com as perdas e seguir em frente é suprimido.

Destarte, com relação à pandemia da COVID-19, Soares (2021) menciona os estudos de Vindegaard (2020) e Pascarella, Piliego e colegas (2020), ao apontar que as sequelas psicológicas causadas pela pandemia provavelmente persistirão nos próximos anos. Esses estudos indicam que a pandemia da COVID-19 está associada a “angústia, ansiedade, medo de contágio, depressão e insônia na população em geral e entre profissionais de saúde” (p. 1863). Esses sentimentos, como a autora indica, somados ao cenário de quarentena, distanciamento social e dificuldades econômicas, “podem levar ao desenvolvimento ou exacerbação de transtornos psiquiátricos em populações vulneráveis, principalmente aqueles que residem em áreas de alta prevalência de COVID-19” (p. 1863).

Como Figley (2012) assinala, reações de estresse traumático relacionadas a situações de desastres ocorrem quando um indivíduo experimenta um evento que apresenta uma séria ameaça a si mesmo e/ou aos outros e sua resposta inclui medo intenso, desamparo ou horror. As reações traumáticas podem variar de curto prazo, como estresse traumático e transtorno de estresse agudo a prolongadas e graves, como o transtorno de estresse pós-traumático.

À vista disso, é importante compreender o contexto em que se sucedeu o desastre da COVID-19 no Brasil – sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, presidente representante dos ideais da extrema-direita. Mbembe (2018) parte do pressuposto que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (p. 5). O autor disserta sobre a noção de biopoder de Foucault, que discorre sobre o domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu controle, e afirma que esse conceito não é suficiente para examinar a soberania na contemporaneidade. Sobretudo, é vital discutir sobre as “formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (p. 10-11). Essa soberania, que decide quem importa e quem é descartável, Mbembe (2018) nomeia de necropoder.

Desse modo, o objetivo deste estudo foi buscar subsídios para compreender a vivência do luto em situações de emergências e desastres, tomando o cenário da pandemia da COVID-19 como foco de estudo. Buscou-se, nesse sentido, compreender as experiências de luto em pessoas acometidas pela perda de um ente querido após o início da pandemia da COVID-19; identificar e mapear os recursos com os quais essas pessoas podem contar no enfrentamento dessas situações; investigar os sentimentos e percepções predominantes das vítimas, sua qualidade de vida e bem-estar psicológico durante a pandemia da COVID-19; promover uma análise político-crítica do contexto da pandemia no país e fornecer subsídios ao papel da Psicologia no cenário de desastres e emergências.

## **2 A PANDEMIA DA COVID-19**

Mais de dois anos se passaram desde a declaração da COVID-19 como uma pandemia, e os impactos econômicos, culturais, sociais e psíquicos sobre as pessoas ainda estão presentes. É possível compreender a pandemia, nesse sentido, como um desastre de longa duração; para tanto, é importante assinalar as semelhanças das características da pandemia com aquelas de um desastre.

Quarantelli (2005) sintetiza o paradigma atual de pesquisa na área dos desastres, enfatizando que as principais concepções sobre o tema são inter-relacionadas em dois aspectos: “(1) desastres são inerentemente um fenômeno social, e (2) a origem dos desastres está centrada na estrutura ou sistema social” (p. 339, tradução nossa). Nessa direção, Carr (1932) reflete que mudanças catastróficas são mudanças na adequação funcional das proteções culturais, ou seja, são os colapsos das proteções culturais resultantes de catástrofes que constituem os próprios desastres. Os desastres, portanto, não causam as consequências. As próprias consequências são o que chamamos de desastre.

Sasangohar e colaboradores (2020) refletem sobre o gerenciamento da pandemia quando comparada à ergonomia dos desastres. Segundo os autores, uma resposta eficiente e eficaz a desastres requer uma coordenação sofisticada entre vários componentes. A literatura sobre o gerenciamento de desastres é relativamente recente, apesar de fornecer uma base para o planejamento, resposta e recuperação de emergências. Reforçar uma compreensão holística do gerenciamento de desastres permite visualizar seu funcionamento complexo, e é correto afirmar que a pandemia da COVID-19 sobrecarregou esses sistemas.

Os autores também apontam que, em uma pandemia, a cronologia dos eventos de desastre é consideravelmente maior do que em outros tipos de catástrofes. Os eventos podem

durar não apenas dias, mas de meses a anos, como é o caso da pandemia da COVID-19. A resposta à pandemia enfrentou e ainda enfrenta peculiares e complexos desafios, raramente vistos em grandes desastres; se comparada a outros desastres, a pandemia de COVID-19 se apresentou em escala, magnitude e taxa de propagação sem precedentes. Essa alta complexidade técnica de resposta exigida foi de encontro à falta de experiência diante de uma crise dessa gravidade, e embotou seriamente os sistemas de trabalho de resposta.

## 2.1 A necropolítica como plano de governo

Rosário (2020) pondera que a inépcia do governo Bolsonaro para lidar com a pandemia, minimizando o vírus, negando a ciência e polarizando economia e vida não é por acaso. As vidas são descartáveis para o neoliberalismo, posição também defendida por Mbembe (2018). O autor cunha os conceitos de necropolítica e necropoder para discutir essas maneiras de submissão da vida ao poder da morte, as criações de mundos de morte nos quais populações marginalizadas recebem o estatuto de mortos-vivos. Esses fundamentos colonialistas e racistas, segundo Mbembe (2018), estruturam nossas sociedades e dão poder ao Estado de ditar quem pode viver ou morrer.

Rosário (2020) analisa as reflexões de Mbembe (2016) em conjuntura com o contexto da pandemia no Brasil, refletindo sobre o exercício do direito de matar, deixar morrer ou expor à morte. É isso que faz Bolsonaro, assumindo um discurso cheio de inimigos – a imprensa, a ciência, os comunistas, todos aqueles considerados como o “outro”. A criação de um ou de vários inimigos serviu, desse modo, como uma cortina de fumaça quanto a uma gestão estratégica e propositalmente necroliberalista. É possível, nessa direção, analisar exemplos desse regime de aniquilação a partir de falas e ações do governo Bolsonaro diante da pandemia, a partir dos dados de Deutsche Welle (2021) e Queiroz (2022): “gripezinha”; “todos nós vamos morrer um dia”; “eu não sou covão”, “e daí? [...] Sou messias, mas não faço milagre”; “tem medo do quê?”; “chega de frescura e mimi, vão ficar chorando até quando?”; “o vírus apenas encurtou a vida”, “qual interesse daquelas pessoas taradas por vacina?”; “para quê eu vou tomar vacina se já peguei COVID?”.

À vista dessas falas, é de suma importância analisar a postura do governo como uma ferramenta intrínseca aos catastróficos efeitos causados pela pandemia no Brasil. Lopes, Brito e Santos (2022) se dedicam à reflexão das falas de Bolsonaro durante a pandemia sob o olhar da Análise do Discurso, e observam a ausência de planejamento para o enfrentamento da pandemia já nos primeiros registros de casos. Os autores apontam que sua primeira declaração

a respeito do coronavírus, em 26 de janeiro de 2020, exemplifica isso muito bem: “Estamos preocupados, obviamente, mas não é uma situação alarmante. Não existe nenhum caso confirmado no Brasil. [...] Estamos nos preparando para que, se tivermos (contágio) no Brasil, que seja atenuado” (p. 11). A utilização das palavras “mas”, “não” e “se” em sua declaração reforça um sentido de negação, minimizando o potencial grave que a doença ali apresentava.

Lopes, Brito e Santos (2022) elencam dimensões de análise do discurso de Bolsonaro, por ordem de recorrência, a saber: informação falsa/desinformação; anticiência; negligência; ironia/cinismo, demagogia e negacionismo; ataque à imprensa e omissão; imprudência; minimização e naturalização da pandemia e egocentrismo; terrorismo psicológico e politização da vacina; contradição; intervenção política; homofobia e imperícia; autoritarismo, negação de responsabilidade pelas mortes e xenofobia; relativismo, vitimismo, Estado Mínimo, religiosidade, desconsideração/desrespeito e desmediatização.

Mattos, Borges e Resende (2021) sinalizam os apontamentos que o epidemiologista Pedro Hallal fez quanto às decisões equivocadas do Brasil durante a pandemia: promoção de tratamentos ineficazes; pouca testagem, rastreamento de contatos e isolamento; ausência de liderança do Ministério da Saúde e de um comitê de crise; desestímulo ao uso de máscaras; falta de uma comunicação unificada que estimulasse a população a usar máscara, a se proteger e evitar aglomerações. A postura anticiência está, de acordo com o epidemiologista, entre os critérios de causalidade dos altos índices de mortes no país.

Nessa direção, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia (BRASIL, 2021) deixa claro que centenas de milhares de vidas poderiam ter sido poupadas se o Estado tivesse assumido uma postura a favor da ciência, e não contra ela. O relatório ainda relata a existência de um gabinete paralelo, composto por médicos, políticos e empresários que orientavam paralelamente o Presidente sobre o modo de enfrentar a pandemia. O objetivo desse aconselhamento era atingir a imunidade de rebanho pela contaminação natural, permitindo que o vírus se propagasse livremente. Trata-se de um plano de governo com um objetivo cuidadosamente delineado, que ceifou vidas que poderiam ter sido poupadas. É a necropolítica em ação.

## **2.2 Finitude e mortalidade: sobre trauma, morte e luto**

De acordo com Kovács (1992), “a morte do outro configura-se como a vivência da morte em vida” (p. 149). Essa experiência de uma morte de outrem é vivida por meio dos vínculos estabelecidos entre a pessoa sobrevivente e a pessoa que partiu. A autora enfatiza que a morte

como perda supõe um sentimento, uma pessoa e um tempo, e envolve a relação entre as pessoas. E, se ocorre de maneira brusca e inesperada, “tem uma potencialidade de desorganização, paralisação e impotência” (p. 150).

Figley (2012) discute o trauma relacionado a situações de desastre, assinalando que as reações de estresse traumático relacionadas a esses eventos ocorrem “quando um indivíduo experimenta um evento que apresenta uma séria ameaça a si mesmo e/ou aos outros e a resposta ao evento inclui medo intenso, desamparo ou horror” (p. 208). Por outro lado, é possível analisar os processos de experiência do luto como consequências de uma experiência traumática. O trauma, inerentemente, gera um luto a ser enfrentado, e determinadas circunstâncias da vivência traumática podem ser facilitadoras ou dificultadoras do processo de elaboração do luto. Segundo Bowlby (1997), o luto é um processo necessário, apesar de doloroso, que surge a partir da perda de algo significativo ou uma pessoa amada, e visa representar e acomodar esta perda.

Do mesmo modo, Dalbem e Dell'Aglio (2005) descrevem a teoria de apego de Bowlby como um mecanismo básico dos seres humanos, inato como a alimentação e a sexualidade. A figura de apego proporciona um sentimento de segurança e, no decorrer do desenvolvimento humano, os vínculos afetivos estabelecidos na infância afetam o estilo de apego que o indivíduo manterá ao longo da vida. Como Bowlby (1980) sinaliza, a retirada da figura de apego pode afetar as estruturas psicológicas do indivíduo. Por isso o luto mobiliza o sujeito de maneira intensa, pois rompe os laços afetivos e vínculos de apego construídos.

O enfrentamento do processo de luto é descrito por Stroebe (1993, p. 33) como trabalho de luto, “um processo cognitivo envolvendo o confronto e a reestruturação dos pensamentos sobre a pessoa falecida, da experiência da perda e do mundo transformado em que o enlutado deve agora viver”. Worden (2018) afirma que indivíduos enlutados realizam adaptações variadas à perda de uma pessoa amada: alguns se adaptam melhor do que outros.

Esse processo de adaptação à perda, descrito por Worden (2018), envolve quatro tarefas fundamentais: aceitar a realidade da perda, processar a dor do luto, se ajustar a um mundo sem o falecido e encontrar uma maneira de se lembrar do falecido enquanto embarca no resto de sua jornada pela vida. É preciso encontrar maneiras de lembrar dos mortos, mantê-los na memória e continuar vivendo.



### 2.3 Contribuições da psicologia ao contexto das emergências e desastres

É evidente a necessidade de profissionais qualificados da Psicologia para atender vítimas, atingidos e pessoas envolvidas direta ou indiretamente em um desastre como o da pandemia da COVID-19. É dessa necessidade que surge a área da Psicologia das Emergências e Desastres, como Favero, Sarriera e Trindade (2014) apontam. Trata-se de um campo ainda jovem no Brasil, visto que não há formação específica na área e, de maneira geral, ela não está incluída nos currículos dos cursos de graduação em Psicologia no país. Isso tende a resultar em “profissionais com pouca ou nenhuma qualificação para atuar em situações que envolvam adversidades extremas” (p. 202).

Como Heredia (2006) assinala, o objetivo da intervenção proposta por psicólogos em situações emergenciais é diverso: conter ansiedades, favorecer descargas emocionais, promover a compreensão do significado do fato e sua relação com as experiências prévias do sujeito, esmorecer condutas passivas e favorecer a solidariedade entre os atingidos. As técnicas de intervenção devem, como destaca o autor, ser “mais equitativas, eficientes e eficazes para a atenção de pessoas afetadas por desastres” (HEREDIA, 2006, p. 70).

No caso da pandemia da COVID-19, Sasangohar e colaboradores (2020) enfatizam que o contexto gerado pela disseminação do vírus mostrou-se desafiador até mesmo para os profissionais de emergência e gestores de desastres mais experientes. Nessa direção, Sica (2006) estabelece a necessidade de integração e interação entre o profissional da saúde mental, os demais profissionais envolvidos no evento e o governo como provedor de políticas públicas no manejo de uma situação de desastre, através da construção de um círculo, em que, a partir do diálogo, permita-se ao profissional uma atuação eficaz. Esse círculo é composto da relação dialogal entre a formação contínua dos psicólogos para situações emergenciais; a formação psicológica contínua dos agentes encarregados para a emergência; a distribuição de informação para a população durante o risco, de maneira crítica e cíclica, de forma que essa possa analisar e julgar os planos de emergência; e uma interação clara com o governo, cujo foco deve estar centrado na prevenção de danos.

Como Kovács (1992) assinala, o trabalho psicoterápico pode ser uma ferramenta fundamental no processo de luto, nesse caso de perdas decorrentes de desastres. De acordo com a autora, “a expressão de sentimentos numa situação de perda, como o abandono e a solidão, que evocam a raiva, a tristeza e a culpa, facilita a sua elaboração” (p. 155). Esse trabalho pode evitar o desenvolvimento de um luto complicado, além de oferecer um ambiente acolhedor.



Por todos estes apontamentos é que Weintraub e colegas (2015) destacam que o profissional da saúde mental desempenha papéis múltiplos em situações de desastres e emergências, pois deve “escutar as demandas, conhecer o local para conhecer a oferta de serviços, articular e pensar formas de sustentabilidade destas ações, levando sempre em consideração os fatores já mencionados da presença – lógica e esperada – do desespero, da tristeza, da dor e do luto” (p. 294). É função da Psicologia, à vista disso, inserir-se no contexto sócio-histórico em que o desastre se sucedeu, de forma que possa compreender as vicissitudes e as particularidades da comunidade e das pessoas atingidas pelo evento.

### **3 METODOLOGIA**

O levantamento bibliográfico que embasou teoricamente o presente trabalho foi realizado com o auxílio de livros, ferramentas de pesquisa e divulgação de dados e artigos científicos, reportagens e estudos contemporâneos, disponíveis na internet e em bases de dados específicas (Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e Scielo).

Apropriando-se do pressuposto fundamental da pesquisa qualitativa, para a coleta dos dados foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas, conduzidas a partir de um roteiro, com pessoas que perderam algum ente querido por COVID-19. As entrevistas foram gravadas com a devida autorização dos entrevistados, e posteriormente transcritas.

A pesquisadora contou com sua rede de contatos para localizar participantes em potencial e os convidou a participar do estudo. Com aqueles que concordaram com sua participação foi agendado um encontro de aproximadamente uma hora, virtualmente, para realização da entrevista. Para o propósito da análise dos resultados, os quatro entrevistados serão identificados por nomes fictícios, e seus principais dados assim delineados: Daniel, 33 anos, perdeu a esposa em maio de 2021; Paula, 56 anos, perdeu a irmã em março de 2021; Sara, 52 anos, perdeu a mãe e o pai em janeiro de 2021; Maria, 47 anos, perdeu duas irmãs em setembro de 2020 e abril de 2021.

### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Os dados coletados por meio das entrevistas foram tratados com o auxílio da análise de conteúdo, descrita por Moraes (1999) como uma metodologia utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de documentos e textos que permite uma compreensão de seus

significados num nível que vai além de uma leitura comum. Foram identificadas quatro categorias, analisadas a seguir.

#### **4.1 As dores do luto: vivências subjetivas diante das perdas**

Cada entrevistado se refere às suas perdas de maneira diferente, o que está em consonância com as observações de Worden (2018), no que tange às variadas maneiras em que um indivíduo enlutado se adapta à perda de uma pessoa amada. Isso se relaciona diretamente com os pressupostos de Bowlby (1997) sobre a teoria do apego.

Sara descreve que a maneira com que lidou e ainda lida com a perda de seus pais está intimamente relacionada com o vínculo que tinham: “[Minha relação com eles era] boa. Todo mundo aqui em casa. Acho que até por ser tão boa que nós tivemos a maturidade de passar pelo velório, sabe. [...] A nossa relação era tão boa que nós conseguimos uma tranquilidade. Não teve nenhum tipo de atrito em relação a nada”. Para ela, o luto não teve tantos efeitos negativos justamente em virtude desse laço: “É fato que nunca é a mesma coisa. [...] Mas nós damos mais valor pelo que eles queriam realmente, que era a nossa vivência, a nossa união”.

Maria exemplifica essa diferença enfaticamente, pois relata o quão debilitante foi perder suas irmãs. Ela relata sua batalha com a depressão e a dificuldade que tem, até hoje, de acreditar na perda e aceitar a morte. Gesi e colaboradores (2020) enfatizam que os efeitos traumáticos de uma perda no contexto da pandemia se assemelham àqueles de um desastre e de mortes em UTIs, sobretudo com a possibilidade de um processo de luto complicado.

A morte por COVID-19 se deu, em sua maior parte, dentro das UTIs: os pacientes eram recebidos no pronto socorro, conduzidos à UTI com o agravamento do quadro e nunca mais saíam. Isso não foi diferente para os entrevistados. Todos relataram que seus entes queridos foram conduzidos ao hospital e internados na UTI, entubados antes de falecer. Como Gesi e colaboradores (2020) assinalam, o ambiente de uma UTI pode ser uma experiência traumática, pois as visitas são limitadas e a morte pode ocorrer de maneira muito rápida, sem que a pessoa possa se despedir. A necessidade do isolamento também foi um fator agravante, pois a pessoa acabava morrendo sozinha.

Gesi e colaboradores (2020) também assinalam que, similarmente aos cenários de desastres, o cenário da COVID-19 afetou pessoas enlutadas de maneiras diversas além da morte de seus entes queridos. São perdas secundárias que, segundo Parkes (1998), exigem por vezes uma reestruturação dos papéis afetivos e sociais desempenhados e podem potencializar o estresse sofrido. O impacto dessas perdas é observado nas falas de Maria, que relata:

A gente conversava muito, às vezes eu desabafava com elas. E hoje eu não tenho ninguém. É muito triste.

Olha, até hoje eu não me recuperei. E por causa dessas duas perdas a minha mãe agora está com Alzheimer. [...] Depois disso, ela ficou assim. Até hoje eu não me recuperei. Até hoje eu não acredito, assim, até hoje... Eu aceito porque Deus é muito generoso comigo, mas tem hora que se você parar para pensar dá um pouco de revolta na gente.

Minha vida mudou. Minha vida mudou, porque também eu tive COVID. A minha memória não é mais a mesma. Eu tive um quadro de depressão, eu e a minha sobrinha, filha da minha irmã. Minha mãe adoeceu; com essa doença da minha mãe eu tive que largar o emprego agora. A vida mudou muita coisa.

Nessa direção, Mayland e colaboradores (2020) dizem que a multiplicidade na experiência de uma perda associada com uma pandemia tem um impacto direto nas normas culturais, rituais e práticas sociais relacionadas com a morte e o luto, potencialmente aumentando o risco do desenvolvimento de um luto complicado. As diferentes formas em que uma pessoa se relaciona com o luto estão ligadas às suas preexistentes visões de mundo, padrões de apego e condições psicológicas subjetivas. Nesse sentido, os autores afirmam que a pandemia da COVID-19 possivelmente causará expressivos impactos nas experiências individuais e sociais sobre a morte e o luto.

#### **4.2 As marcas da morte: a despedida e a memória de quem se foi**

Kovács (1992) se debruça no estudo sobre a morte e aponta que, seja por tradição cultural, religiosa, familiar ou pessoal, cada pessoa carrega consigo uma morte – sua própria representação da morte. Sara e Maria exemplificam essas diferenças em suas falas:

[Minha percepção sobre a morte não mudou] não, só que é mais certo que vai ter mesmo. Não tem escapatória. [...] Medo a gente não pode ter, a gente tem que fazer o que é proposto aqui da melhor forma possível porque senão você perde aqui. Não se sabe o que tem lá, mas... É pra lá que vai. (SARA)

Eu não concordo muito com a morte. Mas só que a gente tem certeza que vai chegando a idade né. E que a gente não vai ficar aqui eternamente, então a gente se conforta com isso. Mas minhas irmãs eram novas, e por causa de uma doença tão rápida, é assustador. Assim, quando a pessoa tá mais de idade ou tá com uma doença, você vai se preparando para isso. Agora quando é muito rápido, quando é uma doença que chegou muito rápido, a gente assusta. (MARIA)

No caso da COVID-19, Mayland e colaboradores (2020) indicam que a incerteza sobre a doença e a perda dos rituais funerários habituais pode ter levado a um estresse relacionado às perguntas não respondidas ou a uma dificuldade de aceitar a morte. Gesi e colaboradores (2020), nesse sentido, entendem que os sobreviventes impedidos de participar dos ritos

funerários podem ter maior dificuldade de compreensão da realidade da morte, de aceitar a perda como um fato palpável.

Em uma medida ou outra, todos os entrevistados perderam a experiência plena de um ritual de despedida após a morte. Daniel relata que o velório foi realizado com o caixão lacrado, e durou menos de 10 minutos. Paula diz que a família optou por não comparecer ao velório: “a gente não achou que era seguro. E já tinha acontecido mesmo, né?”. No entanto, sente falta desse momento de despedida: “no meu pensamento, tem hora que eu vou chegar e ela vai tá lá na casa dela. Que nem aconteceu nada”.

Sara, por sua vez, ressalta a diferença entre a perda do pai, que teve um velório, e da mãe, que não pôde tê-lo: “da minha mãe a gente tem sempre a impressão, tinha no início a impressão, que ela ia voltar. Do meu pai não, o corpo presente mesmo já te finalizava tudo. [...] No meu subconsciente, sempre é como se ela fosse voltar e como se estivesse viva”.

Tanto Sara quanto Paula apresentam um elemento de incredulidade em suas falas, de que a ausência de um momento concreto de despedida teve um impacto significativo na maneira em que encararam suas perdas. A irreversibilidade de uma morte que não é vista se torna questionável, mesmo que não de maneira racional, pois a privação desse momento simbólico de despedida amplifica o sofrimento inerente ao processo de luto.

Worden (2018) enfatiza a importância de se lembrar da pessoa que partiu ao continuar a vida, e cita Volkan (1985) para auxiliar a compreensão, que afirma que uma pessoa enlutada nunca esquece por completo a pessoa morta que foi tão valorizada em vida. Não se retira o investimento na representação dessa pessoa, e não é possível expurgar essas pessoas queridas da memória sem prejudicar a própria identidade no processo.

Attig (2011) reitera esse pensamento com a máxima “devemos deixar partir, mas não totalmente” (p. 174). Segundo o autor, não é preciso romper os vínculos com a pessoa falecida, mas é crucial redefinir a natureza dos laços que se tinha e o lugar que esse ente querido ocupava. Cada entrevistado mantém a memória do que se viveu com quem partiu e os vínculos que compartilharam em vida. Assim descrevem a lembrança que fica:

Fica um rosto, um sorriso que não dá pra esquecer como era. E muita saudade. Muita falta. Muita mesmo. [...] Hoje talvez a gente já estaria casado, com filhos, a casinha terminada, né. [...] Querendo ou não, cê para na metade do caminho, do ciclo, e pra pular pra outro ciclo sem ter terminado o primeiro é complicado. Cê nem sabe por onde começar, não é verdade? (DANIEL)

Ah, da minha irmã fica a saudade dela, da alegria dela, do jeito que ela recebia a gente na casa dela, sabe. Assim, até da esperança que ela tinha ainda de muita coisa. Ela gostava muito dos netos, de tudo... Minha irmã era muito alegre, então fica a alegria dela. (PAULA)

Lembrança de carinho, de afeto, de conselho, só de coisa boa, graças a Deus. Só de orientação boa. E sempre falando, façam com os seus filhos o que nós fizemos né, o que nós estamos fazendo. Orientando, unindo, direcionando. (SARA)

É triste por causa da doença, mas eu guardo boas lembranças delas. Que eu aproveitei minhas irmãs bastante, que eu curti elas bastante. [...] Ficou muita saudade. É uma doença lamentável, infelizmente. (MARIA)

Attig (2011) afirma: “podemos continuar a abraçar aqueles que morrem na sua ausência” (p. 174). É possível apreciar a existência dos amores finados e encontrar sentido na vida após a perda.

### 4.3. As âncoras de quem ficou: recursos de enfrentamento dos sobreviventes

De acordo com Kohn e Levav (1990), diversas variáveis podem influenciar o processo de luto, como a qualidade do apoio social disponível, fatores sociodemográficos, culturais e ocupacionais, predisposições tanto biológicas quanto psicológicas e as intervenções de auxílio ao enlutado.

Gonçalves e Bittar (2016) afirmam que o enfrentamento do luto significa a possibilidade de caminhar em direção à sua resolução e superação da perda, e encontrar uma maneira de viver com e apesar dela. Nesse sentido, as estratégias de enfrentamento para lidar com o luto são de suma importância para o enlutado dar continuidade à sua vida após a perda. Os autores mencionam a rede de elementos sociais, em particular a família, e a religião e a espiritualidade como elementos relevantes no processo de aceitação e superação do luto. Esses achados estão em consonância com o observado neste estudo, conforme evidenciado nos seguintes trechos dos entrevistados quanto às maneiras que encontraram para lidar com o luto:

É um conjunto até né, é família, é fé, é trabalho né, os animais da gente em casa... Então assim, acho que tudo ajuda. Minhas plantas, que eu gosto. [...] Terapia mesmo eu não fiz não, não foi nem necessário. Mas isso tudo ajuda, né. (PAULA)

Muita fé em Deus e a minha mãe que me ajudou. Porque eu tenho que cuidar dela e da minha filha também, porque senão a pessoa... Muita gente morre de depressão por causa disso, por causa dessa doença. Muita gente não conseguiu recuperar. Muita gente que, por causa dessa doença, quis desistir até mesmo de viver. (MARIA)

Elemento comum nas falas dos entrevistados é a fé e como a espiritualidade é um fator fundamental para a aceitação da perda. Levin (2003) corrobora esse fator, pois afirma que a vivência religiosa possui uma função protetora, nesse caso, para amenizar as dores do luto e promover uma esperança para o futuro.

Ademais, Kohn e Levav (1990) citam Lacey (1972) ao afirmar que sentimentos de isolamento e falta de apoio social são amplificados quando uma população está enlutada em razão de mortes em massa. Nesse sentido, observa-se que a presença de uma rede de apoio estruturada se mostra importante após a perda, e os entrevistados reportam essa relevância.

Por outro lado, vê-se também a necessidade do trabalho terapêutico e, por vezes, multiprofissional com sobreviventes após uma perda. Worden (2018) aponta que a terapia do luto tem como objetivo resolver os conflitos de separação e melhor adaptar a pessoa à realidade da morte. Maria iniciou o acompanhamento psicológico e psiquiátrico, e relata:

Então, eu não aceitava, como até hoje eu sinto. E como eu acreditava que a minha irmã ia ser curada, e não houve isso... Eu fiquei muito ansiosa, só chorava, só chorava. Aí chegou um dia que eu pensei assim: “eu vou ter que procurar ajuda”. Aí eu fui no médico e tomo antidepressivo. [...] Cheguei a ir no psicólogo também, falou que era pra mim continuar, continuar com o remédio por enquanto. E é o que me ajuda. E agarrando muito com Deus, claro, primeiramente. Agora eu tenho minha mãe pra cuidar.

Daniel também havia iniciado acompanhamento terapêutico e psiquiátrico, mas encerrou o tratamento por conta própria, por acreditar que a proximidade com a família e os amigos era suficiente. Sara, por sua vez, levou a filha à terapia por ver que ela estava sofrendo demasiadamente com a perda: “terapia só para minha filha, porque ela tá com 7 anos e ela sente muito [a perda da avó], entendeu. Para mim é só mesmo a fé e o que eles passaram durante esse tempo todo para a gente, “vai chegar?”, “estejam bem”.”

Gesi e colaboradores (2020) apontam que, diferentemente dos desastres que ocorrem em um curto período de tempo, a COVID-19 surgiu como uma condição duradoura. A pandemia trouxe mudanças contínuas na vida e nos hábitos sociais das pessoas, e os sobreviventes enlutados podem se encontrar ainda mais vulneráveis sob o risco aumentado de um luto malsucedido.

#### **4.4. As garras do necropoder: percepções acerca da pandemia sob a égide do governo da morte**

Ventura e Reis (2021) afastam a tese de incompetência ou negligência do Estado, apontando a existência de uma estratégia institucional e sistemática de propagação do coronavírus no Brasil, promovida pelo governo federal sob a liderança de Bolsonaro. O governo foi protagonista na gravidade da calamidade pública que é a pandemia da COVID-19, estimulando o descumprimento das medidas sanitárias de prevenção, negando a gravidade da

doença e sistematicamente atrasando a obtenção de vacinas em prol de um inexistente tratamento precoce.

Mattos, Borges e Resende (2021) apontam que, em depoimento à CPI da COVID, o epidemiologista Pedro Hallal afirmou que cerca de 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas caso medidas de controle, como o distanciamento social e a agilidade no processo de vacinação, tivessem sido implementadas no Brasil. À época dessa afirmação, em junho de 2021, o Brasil contabilizava 509.141 mortes. No momento de encerramento desta pesquisa, já são mais de 688 mil óbitos no país. Bolsonaro adotou posições indefensáveis no decorrer da pandemia, visto que só a demora na compra de vacinas poderia ter evitado 95,5 mil mortes.

Nenhuma das pessoas queridas aos entrevistados mortas por COVID teve a oportunidade de se vacinar. Todos faleceram antes do calendário vacinal abranger sua faixa etária, ou de sequer haver a existência de um plano de vacinação contra a doença no país.

Maria reflete sobre a demora no processo de aquisição e distribuição das vacinas, e corrobora os dados que afirmam que o preço por essa demora foi pago pelo povo:

Olha, antes eu achava que a gente tendo todos os cuidados a gente não pegava. E só que hoje eu penso o seguinte... Que a gente tem que se cuidar sim, tomar todas as precauções né... Que também hoje é mais fácil, que não chega a morte, que como a gente tá vacinado hoje é mais fácil. Então você pode ter uma gripe, um resfriado, ir ao hospital, mas nada muito agravante. E eu achei também que a vacina poderia ter sido mais rápida, né. Tinha evitado muitas mortes. Então achei que demorou muito. Mas eu ainda tenho muito medo.

A percepção dos entrevistados sobre a pandemia também é significativa, pois permite melhor compreender os impactos de suas perdas em suas vidas atuais e em como enxergam o desastre. Paula reflete sobre a necessidade dos cuidados na prevenção do vírus, afirmando que ainda utiliza duas máscaras para trabalhar. Ela também aponta que a irmã não tomou os cuidados adequados: “eu sempre pensei assim, meu Deus, também [minha irmã] não preveniu sabe, [eu] ficava até chateada com ela, não preveniu. A maioria das pessoas que preveniu tá aí. No caso dela, ela foi para praia, foi pro sítio.”

As marcas duradouras que carregam consigo, os impactos causados pela pandemia na qualidade de vida e bem-estar também são fatores discutidos por Paula, pois afirma que não possui liberdade até hoje em virtude do medo da doença. Sara, por outro lado, traz uma perspectiva da pandemia como aprendizado, buscando seguir em frente e valorizar os vínculos que possuía com quem se foi e aqueles com quem ainda está aqui.

É inegável que o jugo destrutivo de uma necropolítica deliberada e sistemática potencializou a catástrofe da COVID-19. Quase 700 mil vidas perdidas, e tantas outras mais



enlutadas por perdas irreparáveis. A vida de quem sobreviveu jamais será a mesma, mas, como Sara disse, é importante olhar para a frente. Encontrar sentido diante da morte para conseguir continuar apegado à vida.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs, sobretudo, a compreender as vivências de luto e os recursos de enfrentamento de pessoas cujos entes queridos pereceram diante da COVID-19. Contudo, não é possível abordar a morte na pandemia sem lançar mão de uma análise criteriosa do contexto brasileiro e a responsabilidade do governo federal pela calamidade pública instaurada no país.

A defesa de se entender a pandemia da COVID-19 como um desastre prolongado, em virtude de suas semelhanças fundamentais com situações de desastre, permitiu a existência de um escopo de estudo abrangente. Ver a pandemia como um desastre implica levar à ribalta todos os seus impactos políticos, sociais, culturais e econômicos. No Brasil, em particular, significa afirmar que o desastre poderia ter dimensões menores e consequências não tão ferozes quanto se observa após mais de dois anos de seu surgimento caso um sistemático plano de ação necroliberal não estivesse em vigor.

Da mesma maneira, a CPI da COVID-19 (BRASIL, 2021) elenca todas as calamidades do governo durante a pandemia: a formação de um gabinete paralelo cujo objetivo era permitir a disseminação livre do vírus; o estímulo ao tratamento precoce e medicamentos ineficazes; a oposição às medidas não farmacológicas; a falsa alegação de super notificação por COVID-19; a recusa e o atraso na aquisição das vacinas; a propagação de desinformação por meio da administração pública federal. Entre os indiciamentos listados, é possível mencionar: geração de risco proibido com mortes evitáveis; configuração de dolo; homicídio; crime de perigo para a vida ou saúde de outrem; crime de epidemia; omissão de notificação de doença; charlatanismo; incitação ao crime; emprego irregular de verbas ou rendas públicas; prevaricação; organização criminosa; crime de responsabilidade; crimes contra a humanidade.

O escárnio da figura de representação máxima da soberania brasileira custou a vida de incontáveis pessoas, manchando as páginas da História com o sangue daqueles que deveriam ser protegidos e amparados pelo Estado. Bem como Mbembe (2018) preconizou, a vida é descartável sob o olhar do necropoder. Figuras de autoridade escolhem quem deve viver e quem deve morrer, e o governo da morte prospera a despeito daqueles que destrói.

É nesse sentido que Coimbra (2001) enfatiza que a Psicologia deve ser entendida não a serviço de modelos hegemônicos, mas como uma produção histórica implicada no e com o mundo. A Psicologia jamais foi e jamais será neutra.

Compreender as experiências de luto do sujeito durante a pandemia da COVID-19 implica analisar o papel da morte nesse contexto. É reconhecer a soberania da aniquilação. Ventura e Reis (2021) ressaltam, nesse sentido, “a urgência de discutir com profundidade a configuração de crimes contra a saúde pública, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade durante a pandemia de Covid-19 no Brasil” (p. 7). Por cada pessoa que morreu e cada ausência que deixaram em quem continua vivo, os agentes da morte do governo Bolsonaro precisam ser responsabilizados pelos crimes que cometeram.

Dessa maneira, cabe retornar ao objetivo deste estudo, pautado na busca de subsídios para compreender a vivência do luto em situações de desastres como a pandemia. Vê-se, como Bowlby (1980) indicava, que essas experiências de luto estão relacionadas com os padrões de apego estabelecidos durante o desenvolvimento do sujeito, e que a retirada dessa figura de apego pode afetar suas estruturas psicológicas. O luto é uma das experiências mais complexas e lancinantes que constituem a história de um ser humano, e vivenciá-lo durante uma emergência pública que acarreta mortes em massa amplifica a dor da perda.

Os achados aqui observados também indicam que as experiências de luto foram amplificadas pela maneira em que essas perdas ocorreram. Mortes em UTIs, como observadas na pandemia da COVID-19, promovem maior angústia e isolamento. A despedida dos entes queridos também foi impactada, pois as medidas sanitárias exigiam a extinção de velórios e funerais e, a depender do momento da morte após a infecção, o caixão deveria ser fechado. Os entrevistados demonstraram pesar em relação à perda desses ritos funerários, pois a ausência dessa consumação deixa a sensação de que a pessoa não morreu de fato. Outras perdas secundárias também impactaram a visão da perda dessas pessoas enlutadas, pois exigem uma reestruturação dos papéis que também partiram com a pessoa falecida. Ressignificar a própria identidade após a morte de um ente querido se mostrou importante.

No que tange aos recursos com os quais os sobreviventes podem contar, percebe-se que o enfrentamento do luto é marcado pela importância das relações sociais e da fé. Nota-se que a experiência com a espiritualidade é um fator fundamental para a aceitação da perda, pois dá sentido e ressignifica a dor do luto. O apoio e a companhia da família e dos amigos também se mostraram elementos-chave para que a pessoa reconstrua a vida em um mundo em que o ente querido já não está mais. A presença de um acompanhamento psicológico e psiquiátrico também é notável como componente de enfrentamento do luto.

Quanto aos sentimentos e percepções das vítimas sobre a pandemia, cabe enfatizar que cada entrevistado foi impactado de maneiras diferentes. Os relatos abrangem níveis diversos de impactos na qualidade de vida e bem-estar, e a entrevistada que melhor se reorganizou, Sara, indica justamente a força de um vínculo de apego saudável que permitiu ressignificar a perda. A percepção de cada um é perpassada pelo fato de que nenhum dos entes queridos falecidos teve a oportunidade do acesso à vacina, pois faleceram antes que o esquema vacinal os abrangesse. Isso valida a concepção de que a morosidade na aquisição e distribuição das vacinas representou duras consequências para a população brasileira.

A despeito do sucesso na obtenção dos objetivos deste estudo, convém ressaltar que toda pesquisa é suscetível a importantes limitações. Sugere-se a realização de estudos com amostras maiores e abordagens longitudinais, de modo a melhor compreender os impactos das perdas a longo prazo e a prevalência de processos de luto complicado na população afetada. Não se pretende aqui esgotar a discussão do tema, pois trata-se de uma vivência contemporânea que ainda afeta a população brasileira. Nesse sentido, novos estudos sobre as experiências de luto diante da pandemia da COVID-19 e os impactos da necropolítica na vida dessas pessoas são recomendados e estimulados, de modo a desenvolver saberes *sui generis* e auxiliar no processo de enfrentamento da perda.

Destarte, o trabalho da Psicologia nos contextos de morte e luto, em particular no cenário da pandemia, é imprescindível. Sua responsabilidade política diante dos efeitos do necropoder é indissociável de sua prática profissional, em defesa de cada sobrevivente do desastre da COVID-19.

## REFERÊNCIAS

ATTIG, Thomas. **How we grieve: Relearning the world**. Rev. ed. New York: Oxford University Press, 2011.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia - Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021. **CPIPANDEMIA**, Relatório Final atualizado em 26 de out. de 2021. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>>. Acesso em 4 de out. de 2022.

BOWLBY, John. **Attachment and Loss - Volume III: Loss, Sadness and Depression**. New York: Basic Books, 1980.

BOWLBY, Jonh. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CARR, Lowell Juilliard. Disaster and the sequence-pattern concept of social change.

**American journal of sociology**, v. 38, n. 2, p. 207-218, 1932.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 139-148, 2001.

CREPALDI, Maria Aparecida et al. Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, p. 1-12, 2020.

DALBEM, Juliana Xavier; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005.

EIRD. Glosario de la Estrategia, 2004. Disponível em: <<http://www.eird.org/esp/terminologiaesp.htm>>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

FAVERO, Eveline; SARRIERA, Jorge Castellá; TRINDADE, Melina Carvalho. O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 201-209, 2014.

FIGLEY, Charles R. (Ed.). **Encyclopedia of trauma: An interdisciplinary guide**. Sage Publications, 2012.

GESI, Camilla et al. Complicated grief: what to expect after the coronavirus pandemic. **Frontiers in psychiatry**, v. 11, p. 489, 2020.

GONÇALVES, Paulo Cesar; BITTAR, Cléria Maria Lobo. Estratégias de enfrentamento no luto. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, v. 24, n. 1, p. 39-44, 2016.

HEREDIA, Arturo Marinero. Psicologia e emergências sociais: intervenções nos cotidianos e eventos. In UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **[Anais do] I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades mais seguras**. Brasília, 2006, p.67-71.

KOHN, Robert; LEVAV, Itzhak. Bereavement in disaster: an overview of the research. **International Journal of Mental Health**, v. 19, n. 2, p. 61-76, 1990.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LEVIN, Jeff. **Deus, fé e saúde: explorando a conexão espiritualidade-cura**. São Paulo: Pensamento Cultrix, 2003

LOPES, Fernando Cruz; BRITO, Tania Regina de; SANTOS, Beatriz Andreotti. Discursos de Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 e sua relação com a desinformação: um olhar pela análise de discurso. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, n. 2, p. 1-22, 2022.

MATTOS, Marcela; BORGES, Beatriz; RESENDE, Sara. Epidemiologista diz à CPI da Covid que cerca de 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas. **G1**, 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/06/24/epidemiologista-diz-a-cpi-da-covid-que-cerca-de-400-mil-mortes-poderiam-ter-sido-evitadas.ghml>>. Acesso em 10 de out. de 2022.

MAYLAND, Catriona R. et al. Supporting adults bereaved through COVID-19: a rapid review of the impact of previous pandemics on grief and bereavement. **Journal of pain and symptom management**, v. 60, n. 2, p. e33-e39, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia**. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>>. Acesso em: 19 de abr. de 2022.

PARKES, Colin Murray. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta**. São Paulo: Summus, 1998, 273 pg.

QUARANTELLI, Enrico L. A social science research agenda for the disasters of the 21st century: Theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: PERRY, Ronald W; Quarantelli, Enrico L. **What is a disaster? New answers to old questions**. USA: Xlibris Corporation, p. 325-396, 2005.

QUEIROZ, Vitória. 2 anos de covid: Relembra 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. **Poder 360**, 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembra-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>>. Acesso em 15 de out. de 2022.

ROSÁRIO, Luana. A necropolítica genocida de Bolsonaro em tempos de pandemia e o projeto ultra-neoliberal. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 28-49, 2020.

STROEBE, Margaret. Coping with bereavement: A review of the grief work hypothesis. **OMEGA - Journal of Death and Dying**, v. 26, n. 1, p. 19-42, 1993.

SASANGO HAR, Farzan et al. Disaster ergonomics: human factors in COVID-19 pandemic emergency management. **Human factors**, v. 62, n. 7, p. 1061-1068, 2020.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano Nacional de Preparação e Resposta às Emergências de Saúde Pública: guia de preparação e resposta aos desastres associados às inundações para a gestão municipal do Sistema Único de Saúde**. 2011.

SICA, Giuseppe. Contribuições da Psicologia para a construção de comunidades mais seguras: comportamento, cultura e organização social. In UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **[Anais do] I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades mais seguras**. Brasília, 2006, p. 83-87.

SOARES, Raquel Juliana de Oliveira. COVID-19 e Riscos Psicossociais: um alerta sobre o Suicídio. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 1859-1870, 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; REIS, Rosana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19. **Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil**, n. 10, p. 6-31, 2021.

VÍRUS Verbal: frases de Bolsonaro sobre a pandemia. **Deutsche Welle**, 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/virus-verbal-frases-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/g-54080275>>. Acesso em 14 de out. de 2022.

WEINTRAUB, Ana Cecília Andrade de Moraes et al. Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 19, p. 287-298, 2015.

WORDEN, J. William et al. **Grief counseling and grief therapy: A handbook for the mental health practitioner**. 5 ed. New York: Springer Publishing Company, 2018.